



SENADO FEDERAL  
Senador TELMÁRIO MOTA

## PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2017, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que *altera o art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para definir produto essencial e estabelecer regras e prazos para o caso de vício desse produto.*

Relator: Senador **TELMÁRIO MOTA**

### I – RELATÓRIO

À Comissão De Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), foi distribuído, em decisão terminativa, o Projeto de Lei (PL) nº 194, de 2017, de autoria do Senador Fernando Bezerra, que *altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que altera o art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para definir produto essencial e estabelecer regras e prazos para o caso de vício desse produto.*

A alteração, feita ao art. 18, acresce-lhe dois parágrafos, os quais, respectivamente, dispõem que produto essencial é aquele indispensável à subsistência do indivíduo em condições de higiene, alimentação, vestuário, habitação, segurança e saúde; e que, na ocorrência de vício em produto essencial, caso o consumidor opte pela substituição



SF/21579.33836-07



SENADO FEDERAL  
Senador TELMÁRIO MOTA

imediate, o prazo não poderá ser superior a cinco dias úteis nas capitais e regiões metropolitanas, e a dez dias úteis nas demais regiões do País.

Nesta Comissão, o Projeto será analisado em decisão terminativa.

Não foram apresentadas outras emendas.

## II – ANÁLISE

A proposição trata de matéria inserida na competência legislativa da União, conforme o disposto no art. 24, incisos V e VIII, da Constituição, segundo o qual compete à União legislar concorrentemente sobre produção e consumo e responsabilidade por dano ao consumidor.

Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e a iniciativa parlamentar é legítima, nos termos dos arts. 48 e 61 da Lei Maior.

Quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto: *i)* o *meio* eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; *ii)* o assunto nele vertido *inova* o ordenamento jurídico; *iii)* possui o atributo da *generalidade*; *iv)* se afigura dotado de potencial *coercitividade*; e *v)* é compatível com os *princípios diretores do sistema de direito pátrio*.

Do ponto de vista regimental e nos termos do artigo 102-A, III, do RISF, compete à CTFC opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do consumidor.

A proposição está redigida em conformidade com a boa técnica legislativa, observando os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.



SENADO FEDERAL  
Senador TELMÁRIO MOTA

Analizados os aspectos relacionados à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, passamos à análise de mérito da proposição.

A proposta é meritória porque o Projeto visa a garantir mais direitos ao consumidor e representa aperfeiçoamento da legislação consumerista.

Isso porque não se está a reduzir o prazo de troca para todo e qualquer produto defeituoso, mas apenas para os produtos essenciais.

O art. 18 prevê hipótese de responsabilidade do fornecedor por vício do produto ou do serviço. O mencionado artigo estabelece que os fornecedores respondem por vícios de qualidade que tornem o produto impróprio ou inadequado ao consumo, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

Já o § 1º desse artigo preceitua que, se não sanado o problema em até trinta dias, poderá o consumidor, à sua escolha, exigir: (i) a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso (inciso I); (ii) a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos (inciso II); ou (iii) o abatimento proporcional do preço (inciso III).

O art. 18 dispõe, ainda, em seu § 3º, que o consumidor poderá fazer uso imediato das alternativas previstas no § 1º sempre que, em razão da extensão do vício, a substituição das partes viciadas puder comprometer a qualidade ou características do produto, diminuir-lhe o valor ou se tratar de um produto essencial.

E, no caso de produtos essenciais, é salutar a substituição imediata com prazos reduzidos para dez dias úteis nas localidades em geral do País e para cinco dias úteis nas capitais e regiões metropolitanas. Nesses termos, entendemos razoáveis os prazos propostos no § 8º, acrescido ao art. 18 do CDC, para as capitais e regiões metropolitanas, e para as demais regiões do País. A alteração feita ao art. 18 é oportuna e vai ao encontro da afirmação do princípio de direito, constitucional e internacional, da dignidade da pessoa humana, aumentando, concretamente, os patamares de





SENADO FEDERAL  
Senador TELMÁRIO MOTA

proteção ao impor celeridade na resposta do fornecedor em caso de vício de produto essencial.

De fato, e sobretudo em razão da crise econômica gerada pela pandemia, há famílias cuja capacidade de consumo restringe-se aos produtos essenciais, representando, qualquer mácula ou vício desses, no verdadeiro alijamento dessas famílias a itens essenciais, porquanto não terão fôlego financeiro para substituí-los enquanto aguardam as medidas cabíveis, no rito comum, por parte dos fornecedores.

Ante o exposto, consideramos o Projeto pertinente.

### III – VOTO

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 194, de 2017, e, no mérito, por sua aprovação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/21579.33836-07